

Encantos, veredas e encruzilhadas nas águas do rio Choró, Siará

Hector Rocha Isaias^{1*}  Rute Morais Souza² 

¹Universidade de Salamanca - Espanha

²Ministério dos Povos Indígenas - Brasil

*Autor de correspondência: hector.rocha.isaias@gmail.com

RESUMO

Este artigo, centrado no território do rio Choró, Siará, busca identificar os valores da cultura dominante, eurocêntrica, que se manifestam nas políticas de ordenação urbana e se sobrepõem às cosmovisões dos povos originários dessa região. A reflexão insere-se no contexto histórico de disputa territorial e de opressão exercida sobre as populações Paiacu, Potiguara, Pitaguaris e Jenipapo Kanindé. O estudo emprega a pesquisa autoetnográfica, guiada por um inventário de materialidades, narrativas orais e trabalhos de campo. A investigação descortina a história local a partir de um conjunto de documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, referentes aos anos de 1760 e 1761. Esses documentos incluem cartas de indígenas da então Vila de Mecejana (atual Messejana), além de peças de renda de bilro e fiadas, tecidas por meninas da "vila de índios". Tais atividades revelam a imposição da língua estrangeira e a invenção de ofícios como formas de expropriação e de trabalho forçado, inscrevendo a mão do colonizador. Ao navegar pelo curso d'água (o Choró), entendido como um "acontecimento" e palco de disputa, o trabalho busca retomar territórios, reviver insurgências e visitar feridas abertas, propondo o despertar para a memória incorporada e o ressurgir de comunidades indígenas.

ABSTRACT

This article, centered on the territory of the Choró River, Siará, seeks to identify the values of the dominant, Eurocentric culture that manifest in urban planning policies and that discredit the cosmologies of the original peoples of this region. The reflection is situated in the historical context of territorial dispute and the oppression exerted on Paiacu, Potiguara, Pitaguaris, and Jenipapo Kanindé populations. The study employs autoethnographic research, guided by an inventory of materialities, oral narratives, and fieldwork. The investigation uncovers local history based on a set of documents found in the Ultramarine Historical Archive (Arquivo Histórico Ultramarino) in Lisbon, relating to 1760 and 1761. These documents include letters written by indigenous people from the then Vila de Mecejana (current Messejana), as well as pieces of bobbin and spun lace, woven by girls of the "village of Indians". These activities reveal the imposition of the foreign language and the invention of trades as a form of expropriation and forced labor, inscribing the hand of the colonizer. By navigating the waterway (the Choró River), understood as an "event" and a stage for dispute, the work aims to retake territories, revive insurgencies, and revisit open wounds, proposing an awakening to embodied memory and the resurgence of indigenous communities.

RESUMEN

Este artículo, centrado en el territorio del río Choró, en Siará, busca identificar los valores colectivos de la cultura dominante y eurocéntrica que inciden en las políticas de ordenación urbana y que desprestigian las cosmovisiones de los pueblos originarios de esta región. La reflexión se inserta en el contexto histórico de disputas territoriales y de la opresión ejercida sobre las poblaciones Paiacu, Potiguara, Pitaguaris y Jenipapo Kanindé. El estudio emplea la investigación autoetnográfica, guiada por un inventario de materialidades, narrativas orales y trabajos de campo. La investigación descubre la historia local a partir de un conjunto de documentos hallados en el Archivo Histórico Ultramarino, en Lisboa, referentes a los años 1760 y 1761. Estos documentos incluyen cartas escritas por indígenas de la entonces Vila de Mecejana (actual Messejana), además de trozos de encajes de bolillos y puntillas, tejidos por niñas de la "villa de indios". Tales actividades revelan la imposición de la lengua extranjera y la invención de oficios como forma de expropiación y de trabajo forzado, inscribiendo la mano del colonizador. Al navegar por el curso de agua (el Choró), entendido como un "acontecimiento" y escenario de disputa, el trabajo busca retomar territorios, revivir insurgencias y visitar heridas abiertas, proponiendo el despertar de la memoria incorporada y el resurgimiento de comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE:

Etnicidades
Cultura Afro-brasileira
Messejana
Retomadas
Rio Choró

KEYWORDS:

Afro-Brazilian Culture
Choró River
Ethnicities
Messejana
Resumptions

PALABRAS-CLAVE:

Etnias
Cultura afrobrasileña
Messejana
Reanudaciones
Río Choró

Nascentes, recomeços e fins

Peço licença aos mais velhos para retomar esse ponto. Venho de uma família de cabocos que fugiu do rio Choró, no sertão do Ceará, para a capital. Antes chegaram na favela do Trilho e hoje ocupam o Sítio São José, no bairro Messejana, periferia da Região Metropolitana de Fortaleza, onde nasci e vivo. Recanto dos Cabocos, Messejana foi uma das “Vilas de Índios”, firmada nos anos setecentos, quando ainda respondíamos à capitania de Pernambuco, de acordo com o “Diretório dos Índios”, que pautava a saída dos jesuítas e a afirmação de uma “moral” e “sociabilidade” em temas como poligamia e divisão de terras. São relatos de um assalto, dos primeiros, que estão na gênese do meu bairro, desde a construção da igreja e de um pelourinho que demarcava posses imaginárias.

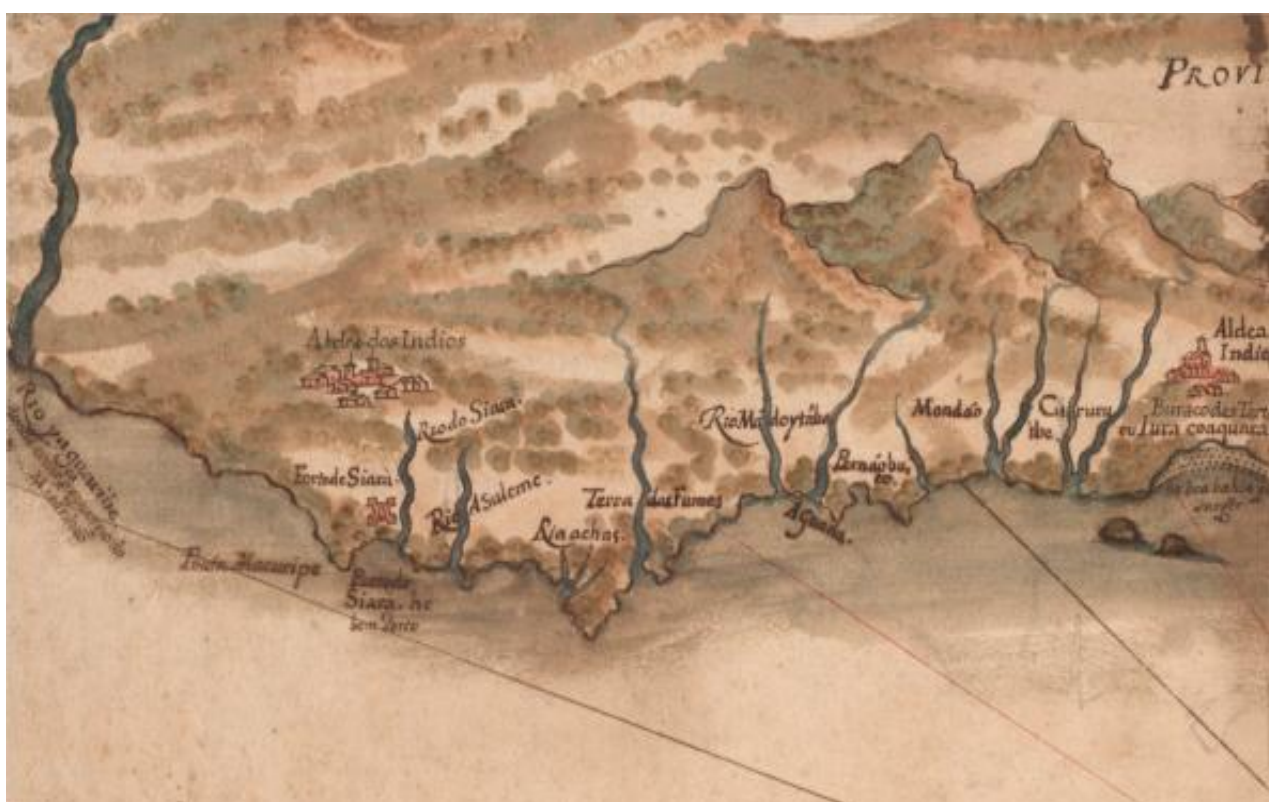
Em um grotão úmido, entre uma pequena cadeia montanhosa localizada na região central do atual estado do Siará, posteriormente grafado com a letra “c”, nascem um quilombo e um rio. Entre a Serra de Baturité e a Serra do Estevão, escorre um curso d'água que desfila caudaloso por paisagens semiáridas até encontrar o mar. Dividindo os municípios de Cascavel e Beberibe, o rio Choró encontra o Atlântico bifurcado como uma forquilha. A *Barra Velha* e a *Barra Nova* recebem as águas salgadas do mar e definem o fim e o começo de um rio intermitente marcado por grandes cheias que inundam de vinte em vinte anos suas margens.

A referida bacia possui extensão de 4.873 km² e localiza-se na parte oriental da bacia da Região Metropolitana de Fortaleza. Souza (1975) descreve que o rio principal nasce em altitudes pouco superiores a 600 metros e deságua a nordeste da vila de Jacarecoara, no município de Cascavel. O rio Choró apresenta um padrão sazonal, coletando as águas de grande parte do setor úmido que integra a vertente oriental do Maciço de Baturité e das serras do Estevão, onde se situa a comunidade negra tradicional rural de *Sítio Veiga*.

Aqui refletimos sobre a construção do território cearense guiada pelo tempo. Convocamos mestras, caboclas e encantadas por meio de um inventário de materialidades, narrativas orais e trabalhos de campo para contemplar as visões de natureza, as diferentes percepções, as representações do curso de um rio e a relação dessas imagens com os desígnios e planos coloniais.

Essa jornada se inicia com as primeiras tentativas de invasão do nosso território e de utilização do rio Choró como um corredor de exploração por navegadores neerlandeses e portugueses desde a costa atlântica até o sertão central do estado do Ceará. Este projeto de pesquisa está sendo mediado por Hector Isaías como tese de doutorado desde 2020 no Programa de Ciências Sociais da Universidade de Salamanca, Espanha, com orientação do professor Dr. Mario Helio Gomes de Lima.

Mapa 1 - Pequeno Atlas do Maranhão e do Grão-Pará. Por João Teixeira Albernaz I ca.1629. Fundação Biblioteca Nacional. (ALBERNAZ, 1629)¹



Nesse mapa de 1629, realizado pelo cosmógrafo português João Teixeira Albernaz, o rio Choró não foi representado, pois percorre terras entre o Rio Jaguaribe, descrito com ênfase à esquerda, e a Ponta do Mucuripe, onde hoje se situa a cidade de Fortaleza. O desenhista apresenta uma Aldeia dos Índios e um Forte de Siará, próximos de onde se diz que fica o “Porto do Siará”. *É bem perto.* Podemos imaginar as dificuldades do trabalho de campo, de coleta das

¹ Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15348>. Acesso em: Acesso em: 24 fev. 2026.

informações e da observação direta, pois o mapeamento do território contava desde já com reconhecimento do terreno, uma vez que era necessário identificar os recursos básicos para a própria sobrevivência das expedições invasoras, como a incidência de água, animais de caça, lenha, dentre outros.

Ao pensarmos os mapas como narrativas que atuam descrevendo e construindo territórios, devemos admitir que sua proposição discursiva não necessariamente deve ser aceita. Com efeito, a controvérsia e o dissenso são frequentes, gerando uma batalha de representações. No fim, sagra-se o mapa que conseguir mobilizar o maior número de instrumentos e desígnios.

As representações eram menos uma observação objetiva da natureza do que projeções de desejos coloniais e comerciais. O que tentaremos antever aqui está fundamentado em duas hipóteses. A primeira é que a representação desses recursos naturais na literatura da época, na cartografia e nas descrições dos viajantes é profundamente permeada pelos interesses coloniais em voga. A segunda é que, a partir dessa pretendida neutralidade dos documentos, utilizou-se do mapeamento do espaço para se dominar territórios e traçar fronteiras coloniais, que eram sobrepostas aos interesses locais.

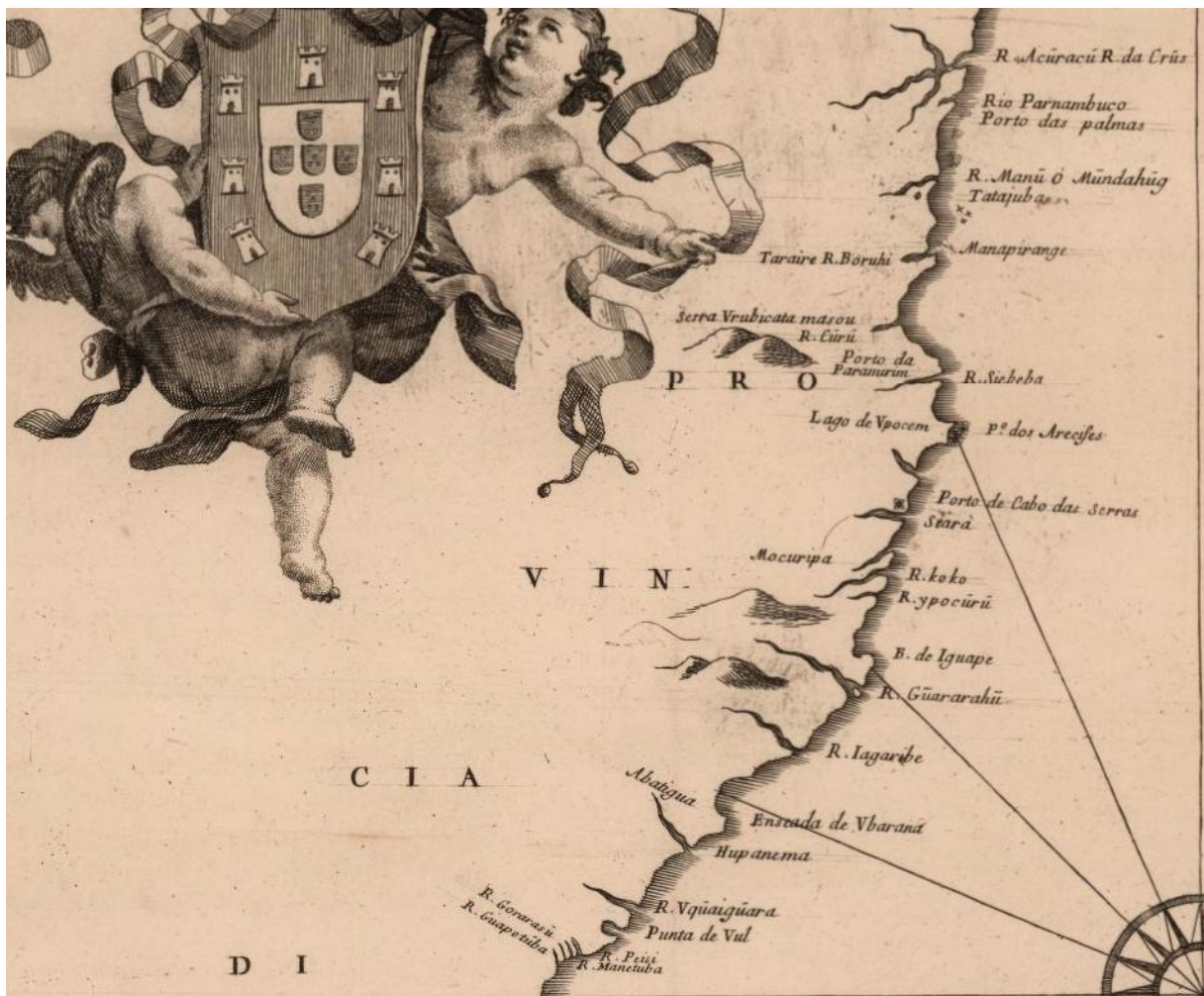
Desde o final do Século XVI, diversos marinheiros, navegadores, negociantes e cartógrafos da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, observaram, espionaram, copiaram, desenharam, pintaram e escreveram informações sobre o Brasil, seu território, geografia, fauna, flora, potencial econômico e seus habitantes (costumes, cultura, crenças, rituais funerários, política, armas e formas de guerrear). Muitos desses dados foram registrados em livros, diários de bordo, diários particulares, relatórios, entre tantas outras formas de documentos da época, incluindo mapas cartográficos.

No mapa acima, o rio Choró pode ser facilmente visualizado devido à sua foz bifurcada. Trata-se de um mapa português, encontrado nos arquivos do Vaticano, que representa as províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte, com o oeste no topo. Os elementos cartográficos incluem a rosa dos ventos, as escamas, os bancos marinhos ou cardumes e a linha do Equador. Os elementos decorativos incluem anjos e o brasão real de Portugal.

Percebe-se a denominação *Guararahu*, ainda não grafada dessa forma em outros mapas desse período. A língua denuncia a origem potiguara do rio. A

consulta do seu significado através da língua indígena revela detalhes inesperados. Em guarani, a palavra *guararahu* adjetiva o rio como obscuro, preto e perigoso. Tendo em vista as particularidades da representação do rio Choró, o curso d'água é entendido como um acontecimento; um fenômeno fruto de uma intrincada rede de narrativas que envolvem os povos que ali habitam, povos afrodescendentes, cartógrafos, cosmógrafos, autoridades coloniais e exploradores europeus.

Mapa 2 - Recorte do Mapa desdobrável gravado; Título: Provincie di Seará e Rio Grande. Descrição geográfica: Mapa das províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte, 1698. (ORAZI, 1698).



A origem do nome tem diversos caminhos. Estes sujeitos ocuparam o território local, transformando-o num palco de disputa marcado pelo genocídio de sua população originária e pela opressão de pretos escravizados. Choró é o nome de um pássaro muito comum no sertão nordestino, que quando canta parece um

murmúrio. Aqui o rio é personagem, objeto e memória. Avista-se em alto-mar o perfil das serras da Pacatuba na mesma direção em que a foz do rio toca o areal das dunas acariciadas pelo vento. *Oxtoxoró, na língua neerlandesa, significaria "serra"*. Assim batizaram o rio, com o nome de acidente geográfico, segundo relatos contraditórios.

Navegaremos por esse curso d'água para documentar conhecimentos, saberes e experiências, por meio de uma pesquisa autoetnográfica, com o intuito de retomar territórios, reviver insurgências e revisitar feridas abertas, por meio da observação atenta, do encanto e da possibilidade de vivência solidária em coletivo.

De acordo com a tradução de Amorim (2014), Matias Beck, navegador e administrador colonial neerlandês, escreveu numa carta de 23 de abril de 1649, sobre os confrontos entre portugueses e neerlandeses próximo à foz do rio Choró. Acompanhando as informações de Beck, podemos também concluir que os neerlandeses sabiam que no Ceará havia água mesmo no período de estiagem. Esse conhecimento também incluía os nativos que já viviam fixados na terra ou eram seminômades. Será que Beck usou o conhecimento dos nativos ou soube de outros neerlandeses que estiveram no Ceará?

(...) em 04 de março passado uma embarcação portuguesa velejou por aqui, possivelmente a mesma que em 03 de março estava em frente ao rio Choró, onde temos nossa peixaria, e que em pleno luz do dia baixou a âncora, tinha uma bandeira neerlandesa mastro e na popa uma flâmula neerlandesa (Amorim, 2014, p. 154).

Outro fato interessante nesse mapa, segundo Amorim (2014), é a descrição dos rios Pacoti e Choró, além da precisão da localização das aldeias indígenas. O Chiara não era só verde de bosques, mas também de uma flora nativa, ou melhor, de plantas como cajouir (caju) e mangaressen (mangaba ou manga). Era também verde dos cocó, ou seja, dos roçados. Os nativos já cultivavam roças de mandioca, milho, feijão, cátao (algodão), tabaco, entre outros produtos agrícolas. Esses fatos já sabiam os neerlandeses, de Van Ham a Beck. Esse último chegou até a fazer roças (plantar roças) nas áreas de vazantes do rio Rivier, em Itapeba, o rio Maranguapinho. Segundo as informações de *Gerbier - Baron du Douvily*, essas vazantes ficavam nas redondezas do atual bairro de Bom Jardim. Da produção da

cassada de veruwe (mandioca), Beck chegou a exportar farinha (faringh) para o Recife. Não esquecendo que ele também exportou pranchas de madeira para a capital do governo neerlandês no Brasil. Essas remessas foram feitas através de barcos. Era um vai-e-vem de barcos e gente.

Lendo as fontes primárias desde Resenlaer até Beck, podemos ler nomes de povos tais como "*Termembees, Tobajares, Brasiliaenen, Tapoijs, Guanasseguaçu, Jarigoagoaris, Guanassemirim*, entre outros povos". Esses dois últimos são os povos indígenas mais constantes nos registros neerlandeses. Provavelmente os termos *Brasiliaenen* e *Tapoijs* também eram usados para a classificação dos povos. Os *Brasiliaenses*, como já sabemos, eram os povos Potyguara, e os povos *Tapajós* eram os que falavam línguas diferentes da língua dos ancestrais dos nossos atuais Pytaguari e Tapeba. Muitas vezes, nas fontes neerlandesas, os povos Tremembé também são chamados de *Tapoijeriers*.

Os Baiacus senhoreavam a faixa costeira que, compreendendo as bacias inferiores do Açu e do Baixo Jaguaribe, se estendia às proximidades do Rio Choró. Em suas expedições de guerra e de saque, para o lado do poente, chegavam, porém, até perto da Fortaleza de N. s. d'Assunção, onde vinham acometer os nativos mansos que ali residiam à sombra da proteção dos lusitanos (Studart Filho, 1965, p. 49).

Os indígenas de então sabiam valorizar-se, até mesmo na morte. Margraf nos dá informações sobre os costumes dos nativos diante da perda de entes queridos. Durante a viagem que esse alemão, oriundo de Dresden, na Alemanha, fez às terras cearenses, relata que os envolvidos nas guerras firmaram uma trégua entre as batalhas para cuidar dos mortos e feridos. Os nossos ancestrais respeitavam a morte e as almas, numa lógica de continuidade, e não de separação, entre estados de presença. Vivia-se o encantamento no cotidiano. Assombrosas foram as investidas contra os Payacús, que viveram intensos processos migratórios forçados e foram vítimas de um etnocídio velado, como se descreve a seguir.

Nesse processo de territorialização, os Paiacu tiveram menos sorte. As terras pertencentes à extinta Vila de Monte-Mor-o-Velho da América (Pacajus) Estavam sob o domínio dos Paiacu desde o início do século XVIII. Com efeito, o Alvará de 23 de novembro de 1700, havia mandado demarcar uma légua em quadra para cada aldeia Paiacu. Senhores absolutos das terras localizadas na Vila de Monte-Mor-o-Velho, às margens do rio Choró, esses índios foram forçados a se transferir para a Vila de Monte-Mor-o-Novo da

América (Baturité), em represália a sua resistência aos colonos não-índios. Instalados na nova vila, continuaram a ser incomodados pelos moradores brancos, que ocuparam parte de suas terras. A resistência dos Paiacu contra os invasores de suas terras lhes valeu mais uma retirada forçada. Assim, em 1825, grande parte desses índios foi transferida para a vila de Messejana (Leite Neto, 2006, p. 154).

Imagem 2 - Foz do Rio Choró. elaborada pelo autor (2020).



A partir de narrativas cartográficas, da oralidade e da documentação de trabalhos e paisagens, desaguamos, nesse curso d'água, o rio Choró, em África, através do Atlântico. Dispondo como interface a relação entre o espaço, a sociedade, seus trabalhos e materialidades, dissertamos sobre o tempo, trabalhamos múltiplas temporalidades, contemplamos a diversidade e propomos encontros e desencontros que despertem relações originais adormecidas, revelando fissuras, gargalos e saídas.

Tomadas, descargas e anunciações

Essa história começa aqui, onde também termina. Seu Manoel Caixeiro (1890–1920), pai da mãe de minha mãe, sofre um ataque fulminante ao ser atravessado por um “corisco” em sua casa de pedra. Recebi essa informação há pouco tempo. A morada em pedra sobre pedra condiz com a paisagem de

Quixadá, no sertão central do estado do Ceará, onde meu bisavô habitava, mas nunca se deu completamente na minha cabeça de arquiteto. Por que, aqui, uma casa em pedra? Será que as paredes não esquentam ao sol inclemente? O que viam da janela da sala de estar nas horas de descanso? Onde dormia minha bisavó? Como encontravam-se os caibros e as ripas que guardavam seus sonhos? Escolhi encarnar meu bisavô, caixeiro-viajante, para recontar as histórias dos meus outros bisavós, dos quais restaram poucas imagens.

Em 1755, o Ceará contava com cerca de 125 mil habitantes e era território anexado à capitania de Pernambuco, por onde teriam entrado os ciganos e os marranos. Só nos tornamos independentes de Pernambuco em 1799 por carta régia da Rainha D. Maria I. Pombal morreu em 1782. Os marranos eram cristãos-novos, judeus, que trocaram seus sobrenomes por Carvalho, Pereira ou Oliveira, entre outros.

A Inquisição contribuiu para este esquecimento das terras cearenses, a fim de incrementar as transferências disfarçadas de numerosas famílias criptojudaicas da Paraíba e de Pernambuco para nossa terra. Esta migração está bem documentada nos livros de registros paroquiais. Aí aparecem todos aqueles apelidos comuns entre os judeus da região. São numerosos os FONSECAS, HENRIQUES, REGOS, PINTO, NUNES, MESQUITAS, ROCHAS, ANTUNES, etc. Sobre a presença dos ciganos no Ceará, povo nômade que se agrupou na Índia e depois se instalou em vários países europeus, sendo perseguidos desde Pombal até Hitler, os dados ainda são escassos.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), acabou com a escravidão no Portugal Continental em 1751, tolerou a Inquisição, que foi até 1821, mas depois do Terremoto de Lisboa de 1755, expulsou os jesuítas de Portugal e das suas colônias, e responsabilizou ciganos e marranos pelas trágicas consequências. Ato seguinte, expulsou-os do território português e os mandou para o Brasil e África.

Embocaduras do tempo

Quanto mais roteiros percorridos, maior o aprendizado. Ocasionalmente abrem-se novas picadas no mato. Encontra-se o assunto no caminho e o caminho se faz ao caminhar. O espaço invadido pelo homem branco desde muito tempo já estava caminhado por passos nativos entre *Peabirus* e *Coivaras*, acompanhado por pomares, florestas de cajueiros e carnaubais verdejantes. Teimaram em existir; são expressões de nossas almas e memórias perdidas no tempo, em longínquos passados, fazendo-se presentes em nosso cotidiano. Assim se fez a estrada do Jaguaribe e a estrada de Mecejana. Hoje, importantes percursos rodoviários, como a BR-116, que corta o país verticalmente, são caminhos indígenas. Por meio desses canais de passagem, fazia-se o abastecimento de sal e o trânsito de sementes e suprimentos. Peles, algodão, madeira, barro, metais, alimento, fauna e flora.

Em habilidosas mãos, tais matérias eram transformadas em rendas e fiados, tecidos e plumárias, cerâmicas, adornos e utensílios do lar. Essa memória incorporada está inscrita no riscado do barro de Cascavel às margens do rio Choró nas linhas brancas do sobre a argila vermelha. Essas técnicas ancestrais estão instaladas no corpo. São também matéria não verbal sobre a qual se performa no espaço acocorados vivendo e ocupando o chão como quem caminha sobre si.

Terra aqui é continuidade do corpo, e o território se faz ao caminhar. Qual o percurso dessas permanências? Quanto do passado está materializado no outro? O espaço urbano periférico ensurdece e retoma seu passado em silêncio. Isso implica revirar arquivos, abrir caixas, interpretar mapas antigos, fazer conhecimento e guiar-se pela sabedoria e pela memória incorporadas. Entre milhares de documentos agrupados em conjuntos e séries avulsas com mais de quinhentos mil caixas contendo, em média, cem documentos cada, encontram-se códigos de um censo de 1760 e 1761 do que seria a capitania de Pernambuco no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (Soares; Ferrão, 2009).

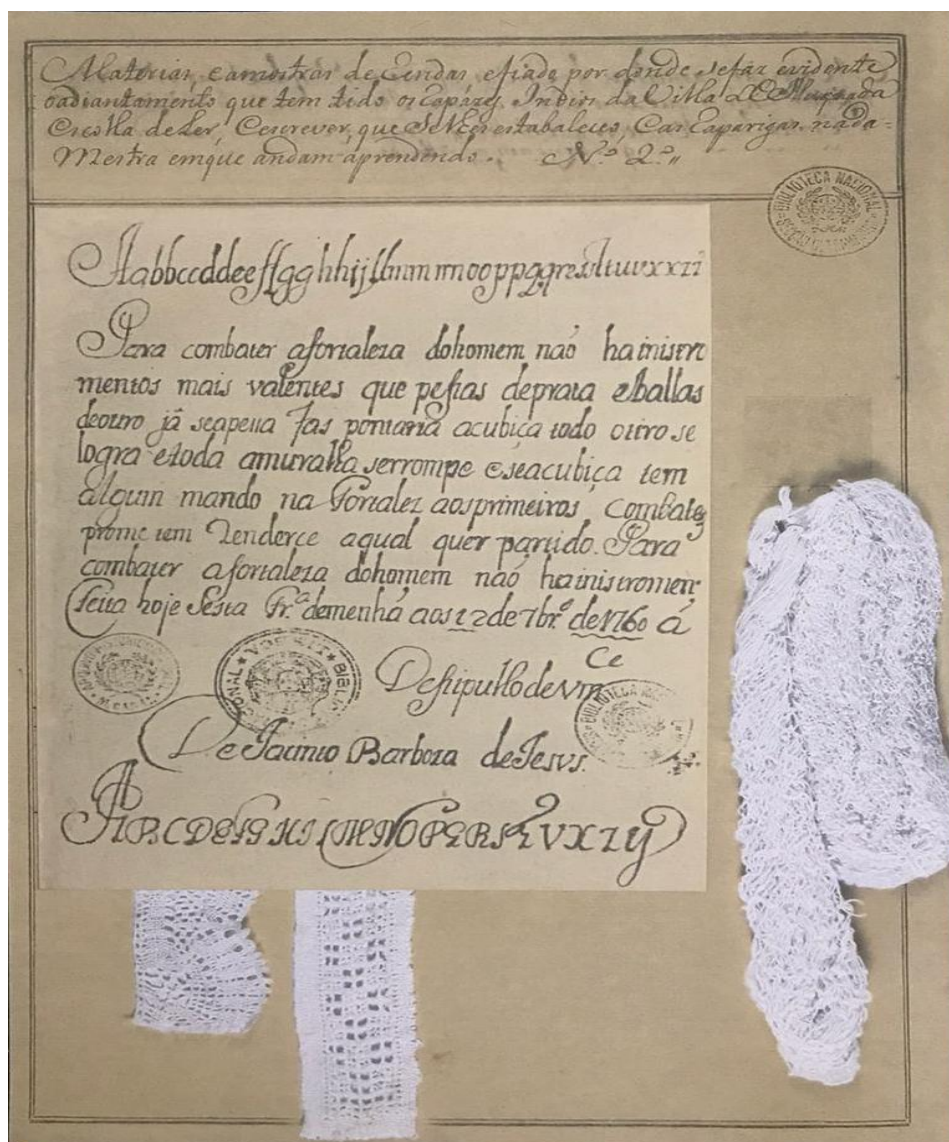
O projeto Resgate/Portugal, refazendo os antigos caminhos percorridos por pesquisadores brasileiros, concentrou-se no Arquivo Histórico Ultramarino, onde existem milhares de documentos agrupados em conjuntos/séries avulsos (cerca de 5.000 caixas contendo uma média de 100 documentos avulsos cada uma) e um

número bem significativo de códices, mais de 2.100, que encantam ainda hoje os olhos dos visitantes na Sala dos Códices.

Aqui retomamos a transcrição, do códice que se intitula *Rendas e Fiados de Pernambuco, contendo mapas estatísticos, amostras de rendas e fiados*, e cujo título completo representa os afazeres e os sentires, as vivências e convivências, os ensinamentos e aprendizagens de pessoas que habitavam um pedaço do Brasil, a então extensa Capitania de Pernambuco nos anos de 1760/1761, que atingia vilas também dos atuais estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

A transcrição do códice intitulado "Rendas e Fiados", verdadeiro documento cabal de um assalto quantificado do que se tinha aqui, apresentava os afazeres de nossos ancestrais como forma de comprovar o processo de colonização. Um deles nos chamou particular atenção: as "mostras de rendas, matérias e fiados, por donde se faz evidente o adiantamento que tem tido os rapazes e índios da Vila de Messejana Da Escola de Lê e Escrever e as raparigas na mestra em que andam aprendendo". A "Vila de Índios" descrita nesse documento é hoje o bairro onde nasci e moro, Messejana, situado na periferia de Fortaleza, para onde o povo do Choró migrou décadas atrás. Aí se engendra esta narrativa histórica que compartilho como objeto disparador dessa pesquisa.

Imagem 3 - Fac-Símile do códice intitulado "Rendas e Fiados". Bifólio relativo à Vila de Messejana com carta anexa feita por rapazes indígenas da então "Vila de Índios" e pedaços de pedaços de Renda de bilro feitas por garotas indígenas com ponto de prato com bico e renda grega ou labirinto feitas à mão.



Matérias e amostras de rendas e fiado por donde se faz evidente o adiantamento que tem tido os rapazes índios da Vila de Messejana, da escola de ler e escrever, que se lhes estabeleceu, e as raparigas, na da Mestra em que andam aprendendo. N. 2.

AabbccddeeffgghhijllmmnnnooppqqrRssTtuvxx

Para combater a natureza do homem não há instrumentos mais valentes que peças de prata e balas de ouro já se a peça faz pontaria `a cobiça todo ouro se logra e toda a muralha se rompe, e se a cobiça tem algum mando na fortaleza aos primeiros combates prometem render-se a qualquer partido. Para combater a fortaleza do homem não há instrum Feita hoje, sexta-feira de manhã, aos 12 de setembro de 1760 a[nos] Discípulo de Vossa Mercê De Jacinto Barbosa de Jesus ABCDEFGHJMNOPQRSTVXYZ (SOARES; FERRÃO, 2009).

Como uma espiral em movimento, o algodão fiado para as rendas barafunda africanas entremeiam-se com as rendas de bilro ao serem tecidas por mãos indígenas habilidosas “orquestradas” por mestras portuguesas. Tecer, assim como escrever o abecedário eram formas de inscrever a mão do colonizador no imaginário nativo, no qual o presente faz-se reflexo do passado e o futuro é encantado pelo desejo presente.

Água morna, dadinho e caracolzinho são padrões de tramas nas rendas de dona Júlia, mãe da mãe de meu pai, nascida às margens do rio Choró. No bairro Messejana, para onde migrou na década de 1960, os passantes admiravam a agilidade de seus dedos transpassando os bilros num ritmo compassado. Sentava-se à calçada aproveitando as horas de vento na esquina. Dona Júlia veio, assim como outros caboclos da família, escapando dos infortúnios do seu lugar original às margens do rio Choró próximo ao Choró-limão, Choró passagem do Franco, território Payacu, percurso Potiguara. Onde repousam os jenipapo Kanindé? Dona Júlia, minha bisavó, fez cidade e deixou pistas do que ficou para trás.

Assombrou-me a existência dos mesmos padrões de renda de bilro feitas pela minha bisavó nos documentos encontrados em Portugal. A memória cultural firmou-se no Brasil por meio do trânsito forçado de nativos e milhares de escravizados durante o período colonial. Reinventou-se aqui um território político-mítico-religioso para a transmissão e preservação de saberes ancestrais em cisão com os povos aqui já existentes.

Esses espaços de significação múltiplos, polissêmicos e polifônicos, marcam os lugares de pertencimento, que compreendemos como espaços vividos e vivenciados por grupos que nele constroem suas experiências e articulam a memória de seus antepassados com a recriação e a reelaboração de suas tradições no presente.

A historiografia é unânime ao indicar que a dinâmica do escravismo cearense seguia um percurso distinto daquele desenvolvido em outros lugares da colônia. Se não pela ausência de escravos, pela atividade econômica aqui desenvolvida. O que se poderia dizer sobre o trabalho forçado de garotas indígenas que aprendiam a tecer as rendas com as mãos?

Certamente, a economia cearense se concentrou na pecuária e, posteriormente, no plantio de algodão, porém tanto aquela como esta requer

pouca força de trabalho, o que não significa que todos os proprietários de terras no Ceará tenham se desinteressado completamente pela introdução do escravizado.

Ainda que se orientando por uma micro-história, os documentos (inventários, censos, livros de notas, registros de batizado e de casamento) são sua maior evidência, sendo por meio deles que se interpreta como o nativo se organizava social e culturalmente. Não resta dúvida de que esse empreendimento vislumbra outras dimensões da vida no Ceará, ou melhor, lê o outrora de forma mais complexa, mas ainda com uma leitura fincada no passado sob o viés do invasor.

Quando um grupo quer falar de sua história, o faz com base na memória social, que, ao longo de sua trajetória, foi sendo gestada e constituída pelas narrativas de origem, origem que geralmente remonta a um tempo outro, espiralar, como ilustrado por Maria Leda Martins (2021), feito de retornos e reencontros que não se coaduna com a escravidão.

Mares abertos às memórias

Trabalhos de “resgate” permitem compreender as relações territoriais por meio dos resíduos materiais e da memória incorporada. E começam a surgir “reencontros” entre bairros negros e indígenas que, anteriormente, pontuavam os centros dos aldeamentos organizados pelos invasores. Bebemos da Jurema para ver o futuro e contemplar a diversidade, o parente vivo no corpo negro/originário.

Há muito mais do Congo aqui do que podemos imaginar. Estão no coco, no maracatu, no trato caloroso, no dengo e nas mãos calejadas. Esse percurso em desenvolvimento reconta a história da ocupação, fixação e vivência de comunidades pretas e indígenas, majoritariamente composta por povos bantos, paiacus, jenipapos-kanindé e potiguaras. No entorno do Rio Choró, navegamos em um tempo dinâmico e espiralado. Em contraposição a uma ordenação funcional e estética do território através de uma visão ocidental e eurocêntrica, que submete os corpos e suas relações no espaço físico e social à lógica do mercado, emergem formas de produção da cidade a partir de populações negras e ameríndias que subvertem a segregação dos espaços, a racionalização de comportamentos e a relação predatória com a natureza.

O trabalho tem por objetivo geral identificar os valores coletivos da cultura dominante, eurocêntrica, que incidem nas políticas de ordenação urbana e que desprestigiam as cosmovisões dos povos originários dessa região, fortalecendo formas de vida ocidentais em lugares que majoritariamente não são. O genocídio ao qual passamos não foi capaz de eliminar por completo os valores e as crenças de um povo que permanece naqueles que sobrevivem ou que sobreviveram, o ressurgir de comunidades indígenas que se pensava não mais resistir despertam a atenção diversos aspectos da vida cabocla, uma arqueologia de saberes e mídias para tecer relações entre comunidades.

Referências

- ALBERNAZ I, João Teixeira. **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará**. [S.l.], c. 1629.
- AMORIM, Josafá Terto de (org.). **O Siará na rota dos neerlandeses**. Utrech/Fortaleza, 2014.
- LEITE NETO, João. **Índios e terras: Ceará: 1850-1880**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em 2006) - Universidade Estadual do Ceará, 2006.
<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=38183>.
- MARTINS, Leda Maria. **Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NOGUEIRA, Marcos José de Souza. **Geomorfologia do vale do Choró, CE**. Tese (Mestrado) – IGEOG – USP, Nº 16. São Paulo, 1975.
- ORAZI, Andrea Antonio. **Mapa das capitanias do Ceará e Rio Grande**. Roma: **Stamperia degl'Eredi del Corbelletti**, 1698.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capitania_do_ceara_e_rio_grande.jpg.
- SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (orgs.). **Rendas & fiados do Nordeste Brasileiro 1760-1761**: documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Rendas e Fiados da Capitania de Pernambuco, Rio Grande e Ceará. Revisão técnica e atualização ortográfica de José Pereira da Silva. [s.l.]: Kapa Editorial, [2009].
- STUDART FILHO, Carlos. **Os Aborígenes do Ceará**. Coleção História e Cultura. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965. (Nota: O Instituto do Ceará, responsável pela Coleção, foi identificado como editora/instituição.).